HISTÓRIA POLÍTICA: DA EXPANSÃO CONCEITUAL ÀS NOVAS CONEXÕES INTRADISCIPLINARES

POLITICAL HISTORY: FROM CONCEPTUAL EXPANSION TO INTRADISCIPLINARY CONNECTIONS

José D'Assunção Barros*

Resumo: Este artigo busca esclarecer e discutir alguns aspectos relacionados à Nova História Política, e ao processo que habitualmente é chamado de "retorno do Político", enfatizando a emergência de novos objetos e modalidades para a História Política. Os novos interesses da História Política examinados são o Discurso, o Imaginário, o Teatro do Poder, a História das Idéias Políticas, a História Conceitual e modalidades historiográficas híbridas que conectam a História Política com outros campos de estudo, tal como a História Cultural.

Palavras-chave: História Política; Poder; Retorno do Político.

Abstract: This article attempts to discuss some aspects related to the New Political History, and the process that is habitually called "retour of the Politic in history", emphasizing the emergence of new modalities and objects for the Political History. The new interests of the Political History examined are the Discourse, the Imaginary, the Power Theatre, The History of Political Ideas, the Conceptual History and hybrid historic modalities that connects the Politics History with other fields of study, as the Cultural History.

Key Words: Political History; Power; Discourse; Political Retour

* Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, nos cursos de graduação e pós-graduação em História, e professor-colaborador do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro . É Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Publicou os livros "O Campo da História" (2004), "O Projeto de Pesquisa em História" (2005), "Cidade e História" (2007), "A Construção Social da Cor" (2009), "Teoria da História, volumes I a V, todos pela Editora Vozes, e também o livro "Raízes da Música Brasileira", pela Editora Hucitec. Endereço de e-mail: jose.d.assun@globomail.com

1. Poder: considerações sob a história de uma reelaboração conceitual.

Fala-se muito no retorno historiográfico do "político". Antes de iniciarmos neste conjunto de considerações sobre a História Política, será oportuno refletirmos se efetivamente, em alguma época da historiografia ocidental, o Político saiu realmente de cena, ou se apenas ele deixou de ocupar o centro das atenções nos estudos sobre as sociedades humanas no tempo em favor de outras instâncias do social. E, mais, de que "político" estamos falando? Apenas como um exemplo entre outros, citaremos a posição de um dos maiores historiadores do século XX com relação a uma de suas obras primas. Marc Bloch acreditava que seu livro "Os Reis Taumaturgos" (BLOCH, 1924) representava uma contribuição específica à história política, mas no verdadeiro sentido do que deveria ser o "político". Em certa passagem de sua obra, citada por Peter Burke em seu ensaio introdutório sobre *A Escola dos Annales* (BURKE, 1990, p.29), Marc Bloch chega a afirmar que "o milagre real [a crença no poder de cura dos reis através do toque] foi acima de tudo a expressão de uma concepção particular do poder político supremo" (BLOCH, 1991, p.21).

Conforme podemos ver nesta pequena fala de Marc Bloch a respeito da temática de sua obra, uma nova concepção de "história política" poderia perfeitamente surgir para substituir a anterior – aquela velha história política acontecimental, na qual eram examinadas as nações nos seus confrontos bélicos e diplomáticos, ou através da figura de grandes homens que pretensamente conduziriam a História[1]. Engajado na construção de uma história na qual importariam mais os fenômenos coletivos do que as ações políticas de uma pequena elite de indivíduos, e na qual o "poder" se revelava em muitas instâncias que não apenas os meios de repressão estatal e de enfrentamento bélico, Marc Bloch podia pensar neste seu ensaio – que antecipa os estudos sobre o imaginário e sobre as mentalidades – como um trabalho que também não deixava de ser uma contribuição à História Política. É verdade que os interesses dos historiadores dos Annales voltaram-se para a economia e sociedade nas quatro primeiras décadas de sua institucionalização (BURKE, 1990, p.16-79; DOSSE, 1994, p.21-100; REIS, 2000, p.91-146). Mas um comentário como o de Bloch deixa entrever que não era especificamente contra a instância política que a Nova História se voltava, mas sim contra uma maneira mais específica de trabalhar esta instância política.

[1] Ao lado de Marc Bloch, que, em favor de uma concepção de História Total também alveja as restrições da História Política tradicional em *Apologia da História* (BLOCH, 2001, p.134), a crítica à História Política tradicional é ainda encaminhada por outros historiadores ligados às primeiras duas gerações dos Annales. Lucien Febvre, por exemplo, aborda este combate contra a história política tradicional em alguns artigos clássicos: FEBVRE, 1978-c, p.103-107 e FEBVRE, 1953, p.18-33. Em "Face ao Vento: manifesto dos novos Annales", escrito em 1946, remarca igualmente a História Política tradicional como uma das instâncias da velha história a ser combatida (FEBVRE, 2011, p.75-85).

De fato, não é defensável pensar que em algum momento o "político" tenha estado ausente da historiografia. A ocorrência de grandes fenômenos políticos – como as ditaduras totalitárias, por exemplo – não deixou de ser estudada propriamente em nenhum momento da historiografia ocidental, e os contínuos estudos sobre o Nazismo e as ditaduras fascistas oferecem um grande exemplo (DE FELICE, 1969 e 1970). O que ocorre, sim, é um duplo fenômeno do qual já nos ocuparemos. De um lado, o "político" passa a dividir a atenção dos historiadores com instâncias como a economia e a demografia (na verdade, estes campos passam a ser mais freqüentados por certos grupos de historiadores, não há como negar, mas isto sem que o político desapareça do quadro dos interesses historiográficos, o que não faria sentido em um século XX tão agitado por acontecimentos políticos de toda a ordem).

De outro lado, entre outros aspectos a serem oportunamente considerados, o que esteve em jogo na passagem de uma Velha História Política a uma Nova História Política – uma passagem que estabelece de fato o seu percurso através de uma fase de relativo eclipse da modalidade – foram profundas mutações e disputas que se deram no interior da palavra "poder" ou através dos complexos desenvolvimentos históricos de sua compreensão pela comunidade científica[2]. Da mesma maneira que a noção de "cultura" seria beneficiada por expansões que passaram a considerar de modo cada vez mais evidente que cultura deveria ser entendida em sentido mais amplo, não se referindo apenas à "alta cultura" das elites (BURKE, 2005, p.42-43), também a palavra "poder" beneficiou-se de um movimento análogo de expansão.

"Poder" não seria apenas aquele que, na ótica dos historiadores e pensadores políticos do século XIX, emanava sempre do Estado ou das grandes Instituições – ou que a estes podia se confrontar através de revoluções capazes de destronar um rei e impor uma nova ordem igualmente centralizada – e nem seria apenas aquele poder que de resto mostrava-se exercido fundamentalmente pelos personagens que ocupavam lugar de destaque nos quadros governamentais, institucionais e militares da várias nações-estados (cfe. BURKE, 2002, p.108-113; MORGENTHAU, 2004, p.18 e STOPPINO, 2008, p.933). "Poder" – de acordo com uma nova ótica que foi se impondo gradualmente – é aquilo que exercemos também na nossa vida cotidiana, uns sobre os outros, como membros de uma família, de uma vizinhança ou de uma comunidade falante. "Poder" é o que exercemos através das palavras ou das imagens, através dos modos de comportamento, dos preconceitos.

[2] Esta relação entre História Política e Poder tem sido examinada por autores diversos. Em 1991, Jacques Le Goff escreveu um balanço sobre o tema que já é um clássico (LE GOFF, 1975. p.221-242). No Brasil, temos referências importantes com artigos de FALCON, 1997, p.61-89; BORGES, 1996. p.59-84; GOMES, 1996. p.151-160; e FERREIRA, 1992, p.265-271.

O "Poder" apresenta-se a todo instante neste imenso teatro social no qual todos ocupamos simultaneamente a função de atores e de espectadores – daí que se possa falar hoje em um "teatro do poder" (BALANDIER, 1982), ou mesmo em um "contra-teatro do poder" (THOMPSON, 2001, p.239-240), quando examinamos a política nas várias épocas históricas. Poder, no decurso de uma série de novas lutas políticas e sociais que redefiniu radicalmente a sociedade em que vivemos, é aquilo os homens aprenderam a reconhecer nas mulheres, que as maiorias aprenderam a reconhecer nas minorias, que o mundo da ordem aprendeu a reconhecer na marginalidade, que os adultos que aprenderam a reconhecer nos mais jovens. Essa compreensão mais abrangente da noção de "poder" redefine, obviamente, os sentidos para o que se deve entender por História Política[3].

Redefinida desta maneira, os objetos da História Política passam a ser todos aqueles que se mostrem atravessados pela noção de "poder" em todas as direções e sentidos, e não mais exclusivamente de uma perspectiva da centralidade estatal ou da imposição dos grupos dominantes de uma sociedade. Neste sentido, teremos de um lado aqueles antigos enfoques da História Política tradicional que, apesar de terem sido parcialmente rejeitados pela historiografia mais moderna de a partir dos anos 1930 (Escola dos *Annales* e novos marxismos), com as últimas décadas do século XX começaram a retornar dotados de um novo sentido. A Guerra, a Diplomacia, as Instituições, ou até mesmo a trajetória política dos indivíduos que ocuparam lugares privilegiados na organização do poder – tudo isto começa a retornar a partir do final do último século com um novo interesse. Podemos lembrar a ocorrência daquilo que pode ser chamado de "retorno da biografia", com exemplos entre os quais se contam a biografia sobre *Guilherme Marechal* de Georges Duby (1984), ou o *São Luís* de Jacques Le Goff. (1996). Trata-se, nestes e em outros casos, de utilizar o biografado não mais para contar meramente uma história pessoal, como era habitual na antiga história política, mas para iluminar questões sociais mais amplas. Foi também o que fez o historiador Christopher Hill ao estudar "Cromwell, o Eleito de Deus" (1970). Exemplo de retorno de uma história de acontecimento político (uma famosa batalha) pode ser dado pela obra *O Domingo de Bouvines* de George Duby (1993).

Por outro lado, além destes objetos já tradicionais que se referem às relações entre as grandes unidades políticas e aos modos de organização destas macro-unidades políticas que são os Estados e as Instituições, adquirem especial destaque, por exemplo, as relações políticas entre grupos sociais de diversos tipos. A rigor, as 'ideologias' e os movimentos sociais e políticos

[3] Dois textos que rediscutem as expansões de objetos na História Política são os de R. Rémond e de J. Julliard. Cf. REMON, p.13-36 e JULLIARD, 1988, p.180-196. Ver ainda RÉMOND, 1994, p.7-19.

(por exemplo as Revoluções) sempre constituíram pontos de especial interesse por parte da nova historiografia que se inicia com o século XX, mesmo porque estes eram campos de interesses muito caros à nova História Social que estava então se formando[4]. Mas por outro lado, tal como já ressaltamos, hoje despertam um interesse análogo as relações inter-individuais (micro-poderes, relações de poder no interior da família, relacionamentos intergrupais), bem como o campo das representações políticas, dos símbolos, dos mitos políticos, do teatro do poder, ou do *discurso*[5].

Um Quadro destinado a ilustrar a complexidade de campos de interesse que podem ser abarcados por uma História Política, amparada em uma noção de Poder mais abrangente, deve registrar necessariamente uma gama bastante diversificada de objetos que se relacionam com macro-poderes e micro-poderes de todos os tipos (BARROS, 2004, p.106-109). Há certamente os objetos de estudo que eram já tradicionais na velha História Política, e que nem por isso deixam de ser hoje estudados pelos historiadores, já que são na verdade fundamentais para a compreensão de todas as sociedades históricas. Assim, teremos ali desde os interesses que se correspondem à 'organização das unidades políticas' de todos os tipos e às 'relações entre estas unidades políticas', até os 'processos políticos' que apontam para a consolidação, desenvolvimento ou transmutação destas unidades e sistemas políticos ou de suas relações externas. Todo um mundo de possibilidades surge aqui, abarcando o estudo dos Estados e de outros tipos de unidades de organização política, o estudo dos Sistemas Políticos no sentido mais amplo (Fascismos, Democracias Liberais, Monarquias, etc...), e as relações que se estabelecem entre estas unidades e sistemas através da Guerra, da Diplomacia, e de diversas modalidades de relações de dominação e interdependência política. Além disto, o estudo dos 'processos' que afetam o mundo político, tal como se disse, era já tradicional aos historiadores que examinavam desde os movimentos sociais e políticos até processos de colonização e descolonização. A partir daqui, em termos de escolhas temáticas dos historiadores políticos, começamos a entrar no âmbito da historiografia do século XX.

As maiores novidades relativas aos desenvolvimentos recentes da História Política estão associados à parceria entre História Política e História Social nos estudos que se referem às 'relações Políticas entre Grupos Sociais'. A História Social, aqui entendida naquela acepção mais restrita que se refere ao estudo dos grupos e grupamentos sociais (HOBSBAWM, 1998, p.83-105), mostra-se de fato uma parceira inevitável para a História Polí-

[4] Apenas como um exemplo, podemos lembrar que a Revolução Francesa nunca deixou de ser, do século XIX ao século XX, um tema muito visitado pela historiografia (SOLÉ, 1989, p.12-13).

[5] Entre tantos exemplos, e aproveitando a menção anterior ao contínuo interesse historiográfico pela Revolução Francesa, podemos lembrar o tratamento central que é atribuído por Mona Ozouf aos símbolos da revolução (francesa) no seu estudo sobre os festivais revolucionários (OZOUF, 1976).

tica. Foi através deste campo de interesses que se preocupa em entender "o poder na sociedade", e também "a sociedade através do poder", que a História Política pôde fazer a sua passagem para uma historiografia mais moderna, uma vez que era precisamente este o campo no qual ela não se contraditava com as novas propostas de uma História Social trazidas pela escola dos Annales e pelos novos marxismos, correntes que se apresentavam como as grandes vanguardas da virada historiográfica do século XX. Assim, com relação ao estudo das ideologias, das hierarquias e formas de dominação que se dão no interior das várias sociedades históricas, nunca deixou de se atualizar um interesse especial dos historiadores que queriam renovar a historiografia opondo-se ao padrão factual que havia imperado em boa parte da historiografia do século XIX.

Mas é em outro âmbito que iremos encontrar os novos objetos da História Política que até então não haviam sido imaginados como possibilidades de estudo pelos antigos historiadores políticos. Estes objetos só puderam surgir quando se transmudou efetivamente a noção de "poder" com a qual até então os historiadores haviam operado. Quando atentaram para o fato de que o Poder não se encontra necessariamente no aparelho estatal e em outras formas de centralidade política, e nem mesmo exclusivamente no seio das classes dominantes, os historiadores políticos começaram a se voltar para o estudo das 'relações interindividuais' – da família, das vizinhanças, da vida cotidiana – e também para o estudo dos 'discursos' e 'representações'. Compreendiam agora, concomitantemente à descoberta de novas possibilidades de objetos de estudo, que o Poder não está necessariamente onde se anuncia, de que esse mesmo poder pode se esconder nas palavras, nas tecnologias de poder relacionadas com a construção de 'discursos' (FOUCAULT, 1996, p.8-9), na elaboração de diversificados sistemas de representações e de difusão destas representações através de uma cultura política (ALMOND e VERBA,1963, p.12-26), na 'simbologia política', no 'teatro do poder' (BALANDIER, 1986), no uso de 'imagens' de diversos tipos por governantes e governados, pelos homens nas suas relações de força (PAULO KNAUSS, 2006, p.97-115). Percebia-se que tão importante quanto a Violência armada ou policial era a 'Violência Simbólica' – e aqui poderemos falar mais explicitamente de um "poder simbólico" – e que os próprios sistemas educativos podiam estar edificados com vistas à perpetuação dos poderes tradicionais (BOURDIEU e PASSERON, 1992). E, para além disto, percebia-se agora inúmeras 'formas de resistência' para além daquelas que haviam adquirido maior visibilidade histórica através das Revoluções e processos de Independência que já vinham sendo estudados pelos historiadores políticos na sua conexão com a História Social[6].

[6] Apenas para dar um exemplo entre tantos, destacamos os inúmeros estudos que surgiram mais recentemente sobre a resistência escrava no Brasil Colonial e que ressaltam outras formas

2. Novas conexões intradisciplinares da História Política: a Cultura Política

Em muitos dos âmbitos temáticos acima citados, são evidentes as interfaces da História Política com outros campos historiográficos – como a História Cultural, a História Econômica, a História do Imaginário, sem falar, é claro, na História Social. Para além disto, e de maneira ainda mais característica, são também evidentes – a partir dos novos objetos que se acrescentaram aos objetos já tradicionais da História Política – as interfaces que se produzem entre a História Política e outros saberes como a Antropologia, a Sociologia, a Lingüística e a Semiótica. De igual maneira, à medida que a Geografia desenvolveu uma nova noção de *território* ao examinar com novo olhar os *espaços* de que os homens se apropriam (RAFFESTIN, 1993 e SANTOS, 2004), também se fortaleceram interfaces que já existiam entre a História e a Geografia, mas agora mediadas por aspectos bastante relacionados com a História Política.

É neste campo de interdisciplinaridades e de intradisciplinaridades (os diálogos no interior da própria disciplina), o qual pôde beneficiar os historiadores políticos em seus trabalhos mais recentes, que se foi formando simultaneamente um novo objeto e um novo quadro conceitual para a História Política. Referimo-nos aos estudos sobre a 'Cultura Política', uma área temática onde a História Política e a História Cultural estabelecem fortes conexões e, sobretudo, na qual a combinação das perspectivas sociológica, antropológica e psicológica são acrescentadas de maneira enriquecedora à perspectiva histórica.

A expressão surge pela primeira vez na década de 60 com Almond e Verba (1963), que estavam diretamente interessados em examinar – no âmbito de estudos políticos sobre a sociedade de massas contemporânea – os aspectos subjetivos relacionados às orientações políticas (KUCHNIR e CARNEIRO, 1999, p.227). Para tal fim, Almond e Verba definiram "cultura política" como "a expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções, sentimentos e avaliações de sua população" (1963, p.3). Deste modo, a "cultura política" é um conceito que permite estabelecer uma ponte entre os sistemas políticos propriamente ditos e os

de resistência que não apenas a rebelião ou a fuga com vistas à formação de quilombos. O olhar desses historiadores ampara-se na possibilidade de admitir que as relações entre opressão, dominação e exclusão nunca devem ser examinadas de maneira simplista. Neste sentido, mesmo o escravo sendo juridicamente reduzido a uma mercadoria e constituir-se a violência tradicional em artifício declarado para a manutenção da ordem, a resistência do negro escravo teria extrapolado os limites das revoltas e insurreições contra o senhor e abarcado outras formas de resistência inseridas nas negociações que se davam na própria vida cotidiana, nas redes de solidariedade, no mundo da cultura, e assim por diante. Neste sentido, podemos dizer que a população escrava também exercia outras formas de contrapoderes para além da afronta direta ao poder instituído. Veja-se sobre a temática citada a obra de Robert SLANES (1999) *Na senzala, uma flor* .

aspectos imaginários de uma sociedade, seus rituais, práticas, discursos e representações políticas. Na história política mais recente, portanto, a operacionalização deste conceito corresponde à possibilidade de incorporar de modo mais integrado as perspectivas sociológica, antropológica e psicológica ao estudo dos novos objetos que haviam sido conquistados pela História Política a partir da expansão interna da noção de "poder".

A estes estudos, historiadores como Jean-François Sirinelli e Serge Bernstein têm se dedicado, não apenas com vistas à constituição de um novo campo temático, como também direcionados para a re-elaboração do novo conceito: a Cultura Política. Uma "cultura política", segundo um ensaio de mesmo nome de autoria de Serge Berstein (1997), é um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, tendo por componentes fundamentais uma 'base filosófica ou doutrinal', freqüentemente colocada à disposição da maior parte de seus participantes, uma leitura comum do passado histórico, uma visão institucional que se traduz através de uma organização política, uma concepção de sociedade ideal, um discurso codificado com vocabulário próprio, além de ritos e símbolos que estabelecem um plano de representação para a cultura política em questão. Resumindo, a noção de cultura política aqui se refere ao "conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores" (KUCHNIR e CARNEIRO, 199, p.227). Uma realização importante neste novo campo conceitual e temático foi a obra coletiva coordenada por Serge Berstein e Odile Rudelle sobre *O Modelo Republicano* (1992).

O estudo indicado conduz à reflexão de vários autores sobre uma "cultura política" específica: um Modelo Republicano francês que, relativamente à base filosófico-doutrinal, inscreve-se na linhagem filosófica das Luzes e do Positivismo, no que se refere à identidade histórica, reclama uma herança histórica idealizada na Revolução Francesa, em termo de bases institucionais, produz um sistema político de base parlamentar, e a partir daí idealiza uma sociedade em que o progresso se estabelece na conexão entre a ação do Estado e o mérito dos indivíduos. Todo este sistema encontra o seu discurso, pontuado por um vocabulário próprio com expressões como "cidadão", encontrando ainda os seus símbolos e mesmo um hino – a Marselhesa. Enfim, tal como assinala Bernstein, o exemplo mostra como uma cultura política articula simultaneamente uma leitura comum do passado e uma projeção do futuro vivida em conjunto (BERSTEIN, 1992, p.351).

Não estão longe dos estudos de Cultura Política as investigações sobre o teatro do poder e sobre o papel das cerimônias na constituição da imagem do poder estatal ou monárquico. Foram empreendimentos deste tipo os realizados por Richard Wortman com o livro *Cenários do Poder*

(1995), ou pelo historiador japonês Takashi Fujitani em *Splendid Monarchy: Power and Pageantry in Modern Japan* (1996). Nesta última obra, que pode ser alinhada aos trabalhos que discutem as invenções de tradições, Fujitani discute a reinvenção e intensificação dos rituais como os cotejos cívicos, as procissões e cerimônias públicas no Japão por ocasião da restauração da Monarquia em 1868. A obra também se ajusta ao que, mais adiante, estaremos classificando como uma História Política do Cultural, no sentido de que aqui se examina como a Cultura é construída ou reconstruída pela Política (mais ainda, o próprio olhar historiográfico que examina estas práticas culturais do novo Japão Imperial é um olhar político). Há também, como veremos, a perspectiva inversa: A Política, ao ser examinada a partir do olhar cultural, produziria uma História Cultural da Política, conforme discutiremos no item relacionado às 'modalidades híbridas'.

Os estudos de 'Cultura Política' completam, até o momento, uma diversificação bastante inovadora da História Política em relação a possibilidades de novos objetos. Se pudermos utilizar uma imagem para compreender esta nova perspectiva, seria a da "intersecção" entre duas esferas, na qual se cria um campo em comum, um território comum entre o cultural e o político no qual o historiador constrói o seu objeto. Mais adiante, veremos outras formas de relação entre estes dois campos: ao invés de estabelecerem uma intersecção que remodela um novo espaço chamado "cultura política", um campo pode se superpor ao outro, dando origem ao que poderemos chamar em um caso de uma "história cultural do político", e em outro caso de uma "história política do cultural". Neste último caso, é o "político" que se superpõe ao cultural, deixando que sua luz incida sobre o "cultural" de modo a iluminar novos aspectos da cultura – é Carl Schorske, por exemplo, trazendo uma interpretação e uma iluminação essencialmente políticas para o ambiente cultural da *Viena de Fim de Século* (1979), permitindo compreender de uma nova maneira a arte de Klimt, a música atonal de Schoenberg, ou as pesquisas sobre o inconsciente de Freud (SCHORSKE, 1989). Já no primeiro caso, a "História Cultural da Política", temos o modo inverso: é a Cultura que aqui se superpõe ao Político, que lhe dá uma especial iluminação. Bem se ajustam a esta classificação algumas das obras de Thompson que nos fazem compreender sob a luz de uma perspectiva cultural certas movimentações políticas das classes subalternas na Inglaterra do Século XVIII, permitindo que este historiador marxista inglês perceba as desordens e atos de violência física ou simbólica não como crimes, mas como movimentos que confrontam o poder estatal em nome da preservação de antigas tradições. É a iluminação cultural, neste caso, que dota o olhar historiográfico de uma nova percepção do político – da mesma forma que, ao inverso, a iluminação política também pode permitir uma nova compreensão da cultura. Voltaremos a estas questões mais adiante.

3. Outras conexões intradisciplinares da História Política: o "Conceitual Político"

Do que foi exposto, depreende-se que um aspecto que pode ser apontado como importante revificador do Político na História é a possibilidade, cada vez mais explorada a partir da segunda metade do século XX, de situar a História Política em interação com outras modalidades da própria história, e mesmo com modalidades nascentes. Um exemplo significativo é o de ensaio de Reinhart Koselleck, derivado de sua Tese de Doutorado defendida em 1954, e que leva o título de "Crítica e Crise: contribuição à patogênese do mundo burguês" (KOSELLECK, 1999). O trabalho situa-se na conexão entre a História Social, a História Político, e uma modalidade ainda embrionária da qual Koselleck se tornaria o mais ilustre representante: a História Conceitual. Koselleck demonstra que a formação da "crítica ilustrada" teria um papel determinante para a crise do Antigo Regime e para a rejeição definitiva do Absolutismo como legítima forma de poder político, e já começa aqui a explorar a semântica de certos conceitos fundamentais, antecipando o seu interesse posterior em rastrear os significados dos conceitos decisivos para a gênese da modernidade burguesa (KOSELLECK, 1999, p.45). Essa preocupação prepara na verdade um grandioso empreendimento historiográfico, alcançado entre 1972 e 1997 com a colaboração de Werner Conze e Otto Brunner, no qual Koselleck promove a produção de um dicionário de nove volumes sobre os conceitos político-sociais fundamentais em língua alemã (KOSELLECK, CONZE e BRUNNER, 1972-1997). A História dos Conceitos, e, mais especificamente, a História dos Conceitos Políticos, abre-se aqui como um caminho novo, através do qual os autores procuram estabelecer uma base de compreensão sobre os modos como o mundo moderno vai tomando consciência de sua própria modernidade, particularmente entre 1750 e 1850, período no qual a linguagem na Europa vai sofrendo suas mais radicais transformações através da ressignificação de conceitos já tradicionais que adquirem novos sentidos e da criação de neologismos que dêem conta de nomear e esclarecer novas experiências trazidas pela modernidade e que, além de serem sintomas das modificações que vão ocorrendo, são também verdadeiros instrumentos para ajudar a impor estas mesmas modificações.

Até aqui falamos do retorno do Político em termos de uma revivicação da História Política. Mas deve-se entender também o retorno do "Político" à História, notadamente à História Social considerada em sua acepção mais específica, não apenas como "resgate" de um campo histórico que havia sido depreciado nas décadas relativas ao domínio e influência da Escola dos Annales na França e em outras partes do mundo. O Político retorna, ou revela a sua presença mais uma vez, também porque foram se ampliando as concepções relacionadas aos sistemas de dominação. Assim, o

conceito de "violência simbólica", e sua elaboração em autores como Pierre Bourdieu, Chartier e tantos outros, tem permitido que se enxerguem novos modos e sistemas de dominação para além do tradicional sistema político centralizador que se vê como construído a partir do aparelho estatal. O Poder não se impõe de fato apenas através do controle estatal da violência ou do monopólio da justiça e do fisco – tal como Norbert Elias viu de maneira particularmente lúcida em seu livro sobre *O Processo Centralizador* (1939). Também se estabelece poder no âmbito do que Roger Chartier chamou de "lutas de representações", e da imposição de "representações do poder", tão bem estudadas por Louis Marin em seus livros sobre "Os Retratos do Rei" e "Os poderes da Imagem" (MARIN, 1981 e 1983). De igual maneira, foi extremamente salutar para a História a nova maneira de enxergar o Poder que foi proposta por Michel Foucault em obras como "A Microfísica do Poder" (1979), na qual este deve ser examinado mais como uma rede que se distribui por todo o Social do que algo que se organiza a partir de um centro que seria o Estado, ou de centros que atuam de maneira conexa, para considerar uma outra variação desta leitura. Imaginar o poder como disseminado em redes permite com que surjam novas possibilidades de estudo, de temas historiográficos, para não falar de metodologias renovadas.

4. História Política e Discurso

Nossa intenção a partir daqui será a de examinar como a História Política passou a se beneficiar do contato com outro campo que também emergiu com especial vigor no século XX – este que poderemos chamar de uma *História do Discurso* no sentido de que toma como fontes, a partir de novas leituras e parâmetros inspirados em interdisciplinaridades diversas, os discursos orais e escritos produzidos por cada Sociedade historicamente localizada. Desde já, cumpre observar que as relações entre "poder" e "discurso" constituíram nas últimas décadas do século XX um objeto privilegiado não apenas para a História Política, como também para a antropologia política, e relativamente a este último campo é oportuno lembrar a redefinição de poder proposta por Pierre Clastres. O antropólogo observava em seus estudos etnográficos sobre as sociedades primitivas que a finalidade do poder não é impor a vontade ou o domínio de um chefe sobre o grupo, mas sim, de modo a preservar a solidariedade e indivisibilidade social, "expressar o discurso da sociedade sobre ela mesma" (CLASTRES, 1982, p.108-109). As relações entre "Poder" e "Discurso" tornaram-se, a partir de redefinições como esta, objeto privilegiado de inúmeras outras reflexões teóricas e filosóficas que transcendem as definições habituais de "poder" relacionadas exclusivamente às imposições do aparelho estatal ou das instituições oficiais de uma determinada sociedade.

A relação entre "poder" e "discurso", amparada na interdisciplinaridade entre história e lingüística, tem sido especialmente enfatizada nos tempos recentes. Apenas a título de exemplo, lembraremos o ensaio "Palavras", de Antoine Prost (1988), um historiador ligado ao circuito dos novos historiadores políticos, mas que também trabalha com a perspectiva da História Cultural (PROST, 1996, p.295-330). Por outro lado, poderemos retroceder a momentos anteriores para encontrar uma contribuição ainda mais fulcral, que é talvez a obra de Michel Foucault. Este filósofo que em algumas de suas obras se fez historiador foi talvez o primeiro a chamar a atenção de todos, de maneira mais enfática e claramente enunciada, para o fato de que não é a própria sociedade que constitui a realidade a ser estudada, mas sim os discursos que ela produz, ou então as suas práticas. Quando um historiador estuda a Roma Antiga, na verdade está estudando o que nos dizem as fontes a respeito da Roma Antiga. Dito de outra forma, está estudando neste caso discursos sobre a Roma Antiga. E estará estudando mais especificamente aqueles documentos da Roma Antiga que chegaram ao nosso tempo, e na verdade aqueles documentos, dentre estes, que o historiador resolveu constituir como fontes históricas. De alguma maneira, para complicar a questão, poderíamos dizer que a História também é a História dos Discursos dos Historiadores[7]. A revolução de Michel Foucault no âmbito da História dos Discursos vai mais além, pois o filósofo chama atenção para a necessidade de uma ampliação da noção de discurso. Para além da Ciência, da Literatura e dos objetos culturais produzidos pelos sistemas de pensamento em suas formas mais explícitas, o corpo, a sexualidade, a loucura, a economia ou o Estado são eles mesmos discursos. Discurso será visto ainda como "a ordenação dos objetos[...] e não apenas como grupo de signos, mas como relações de poder" (FOUCAULT, 1972, p.48-49).

Estas noções fundamentais permitiram ainda uma verdadeira revolução na História Política, pois interligavam a percepção de que o Poder não tem um centro único (isto é, não é apenas uma forma de repressão encaminhada a partir dos mecanismos estatais a serviço de uma classe dominante) e a idéia de que este Poder, que está por toda a parte inclusive sob a forma de micropoderes, aparece entranhado em diversas outras relações que coexistem no mundo humano: a fa-

[7] Esta perspectiva foi desenvolvida e radicalizada por JENKINS, 2001[original: 1991].

mília, a sexualidade, o amor, o parentesco, a produção, a comunicação através do uso da língua. Por isto, as relações de poder poderiam ser estudadas por meio de todos estes discursos que vão do discurso amoroso e da sexualidade às relações expressas no seio da família ou no âmbito da produção. É interessante notar que esta análise política do discurso tal como é proposta por Foucault sugere que o historiador deva buscar a percepção das relações de poder nos lugares menos previsíveis, menos formalizados, menos anunciados. Este método genealógico, que busca o poder em todos os pontos da sociedade e não mais nos lugares congelados pelo aparato estatal, vai ao encontro, também, das abordagens que exigirão do historiador que este desenvolva uma meticulosidade, que passe a cultivar os detalhes, o acidental, aquilo que aparentemente é insignificante mas que pode, precisamente, compor com outros elementos a chave para a compreensão das relações sociais examinadas. Esta atenção ao detalhe e ao acidental é a mesma, também podemos lembrar, que será incorporada pela abordagem historiográfica conhecida como Micro-História.

É também digno de nota o fato de que a concepção de que o Poder está em toda a parte levou Foucault a acompanhar (e a re-intensificar) a extraordinária expansão das fontes utilizadas pelos historiadores do século XX. Todos os tipos de textos serão tomados como objetos (ou meios) pela análise foucaultiana – das memórias dos desajustados (ou considerados desajustados pelos sistemas médicos e punitivos)[8] até os diários de indivíduos anônimos, os registros criminais, as ordens de prisão, os relatórios médicos, sem desprezar uma documentação já tradicional em sua época como os tratados políticos e científicos (só que agora examinados não mais como objetos de uma História da Cultura tradicional, e sim como focos onde podem ser percebidas as relações de poder e as tecnologias de poder que se instauram nos discursos). Não apenas responsável por uma hábil explicitação de que o que se deveria compreender como "discurso" vai muito além da noção habitual atribuída a este termo, Foucault é também um mestre na análise dos discursos propriamente ditos (sejam falados, ou escritos) – o que nos leva de volta às questões já colocadas sobre a inscrição dos lugares de produção e de recepção nos discursos produzidos por uma sociedade. Michel Foucault vai mais

[8] É o caso da célebre obra organizada em 1973 por Foucault: *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão* (FOUCAULT, 1977). Esta obra que dá voz ao discurso de um parricida, e desloca os ensaios interpretativos para as notas.

além, e pretende identificar os lugares de exclusão, de interdição, de controle que se inscrevem no discurso ou nos sistemas de normas que regem as práticas discursivas. Cumpre retomar *A Ordem do Discurso*, que enuncia claramente a sua hipótese primordial:

> [...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p.8-9).

Assim, para além de focalizar o discurso como lugar de lutas sociais e de confrontos políticos, ou como um lugar onde se expressam estas lutas e estes confrontos (o que, já de per si, abre um verdadeiro leque de possibilidades para os historiadores do discurso em todas as especialidades), Foucault chama atenção para o fato de que o próprio discurso pode ser também aquilo porque se luta (FOUCAULT, 1996, p.10)[9]. Daí a sua preocupação em examinar os mecanismos de interdição que se afirmam nas práticas discursivas de uma sociedade – seja através dos objetos permitidos e proibidos (não se tem o direito de dizer tudo), dos rituais de circunstância (não se pode falar de tudo em qualquer circunstância), ou dos direitos diferenciados atribuídos aos sujeitos que falam (quem pode dizer o quê, sem sofrer a reprovação social ou até uma punição). Analisar um discurso em toda a sua complexidade, portanto, envolve muitas e muitas coisas: desde as técnicas que visam enxergar a sociedade através do discurso, até as técnicas que visam enxergar os modos pelos quais a sociedade se apodera dos discursos. Trabalhar com o texto, conforme pode ser percebido, é muito mais difícil do que habitualmente parece. E o historiador deve seguir adiante na sofisticação de seus métodos de decifração do texto. Esta é uma de suas sinas, desde Heródoto.

Para finalizar este bloco, ressaltaremos que a História do Discurso – com contribuições as mais variadas que não poderão ser todas descritas aqui – deve ser vista (ou foi vista aqui) como um campo complexo relacionado ao 'tratamento qualitativo de fontes textuais'. Mas é bom lembrar também que pode se falar em um "discurso iconográfico", e que os semiólogos e urbanistas têm examinado a própria Cidade, em sua complexidade, como um texto que pode ser lido. No fundo, o campo da História do Discurso é habitado ou visitado de uma maneira ou de outra por todos os historiadores. Por isto muitas vezes nem se fala nele como "campo". Para além disto, faz-se notar que muitas das observações que fizemos com relação ao discurso que encontra uma expressão no texto escrito também valeriam para o discurso que é

[9] "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar" (FOUCAULT, 1996, p.10).

apenas expresso oralmente e que, neste caso, algumas das implicações aqui discutidas têm beneficiado também o campo da História Oral.

5. História Política, Imaginário e Teatro do Poder

Para além do Discurso, outro campo que tem se afirmado como território aberto ao Historiador Político ou ao historiador social que trabalha em conexão com o Político é o âmbito do Imaginário e das representações. As imagens – que de algum modo também constituem um discurso muito singular, seja na sua forma de imagens visuais, de imagens verbais, ou de imagens mentais – também se mostram ao historiador experimentado como arenas através das quais as mais diversas forças se colocam em confronto. Acompanhando as observações que até aqui haviam sido feitas para o discurso textual, as imagens podem ser empunhadas como instrumentos de poder ou então se mostrarem como aquilo mesmo pelo qual se luta. Neste sentido, será oportuno discutir aqui também as interconexões possíveis entre História do Imaginário e História Política. Esta interação passou a ter destaque com os trabalhos de historiadores como Raoul Girardet, que se voltou para o estudo dos *Mitos e Mitologias políticas* (GIRARDET, 1987, p.9-24) como recursos importantes para capturar a inteligibilidade das sociedades. Dito de outra forma, o "político" – e mais especificamente ainda o imaginário político – é aqui ressaltado como caminho para a percepção do social, e que nos coloca diretamente dentro do tema deste conjunto de reflexões que procura examinar "a História Social e o retorno do Político".

Antes de mais nada, cumpre notar que o historiador do Imaginário começa a fazer uma história problematizada quando relaciona as imagens, os símbolos, os mitos e as visões de mundo a questões sociais e políticas de maior interesse – isto é, quando trabalha os elementos do Imaginário não como um fim em si mesmo, mas como elementos para a compreensão da vida social, econômica, política, cultural e religiosa. Longe de oferecer ao historiador apenas um interminável repertório de imagens, o imaginário deve fornecer materiais para o estabelecimento de interconexões diversas. Estão aí as obras de Jacques Le Goff mergulhando nas estruturas sociais através das imagens do Purgatório (LE GOFF, 1990), ou de Georges Duby compreendendo a visão tripartida da sociedade através do Imaginário do Feudalismo (DUBY, 1971).

Um exemplo pioneiro de conexão entre a História Política e a História do Imaginário, que remonta à terceira década do século XX, é a famosa obra em que Marc Bloch estuda *Os Reis Taumaturgos* (1924). O que Bloch está examinando neste caso é a persistência de um determinado imaginário régio, de uma determinada crença popular em um aspecto muito específico e delineado que seria a capacidade dos reis franceses e ingleses de duas

dinastias medievais curarem com um simples toque as "escrófulas" (sintomas visíveis de doenças pouco conhecidas na época). Marc Bloch decifra precisamente a imagem do "rei taumaturgo" e a sua apropriação política, investigando rituais e simbologias que com ela estariam relacionados. Não é portanto um modo genérico de sentir o que ele busca rastrear, o que caracterizaria uma obra mais como uma História das Mentalidades do que como uma História do Imaginário, mas sim a história de uma crença muito bem delineada e atrelada ao universo político e social de sua época, com base em um imaginário que tem uma história a ser decifrada e que foi se entranhando na maneira medieval de conceber uma realeza que dialoga com a sacralidade.

Tem sido aliás um campo bem significativo para os historiadores políticos esta investigação sobre a apropriação política do imaginário religioso, ou, em alguns casos, a constituição de um imaginário político que se entrelaça com um imaginário religioso. Da mesma forma que existe um "imaginário religioso", cada sociedade desenvolve também o seu "imaginário político", como aquele que Ernst Kantorowicz estudou em *Os Dois Corpos do Rei* (1957). A idéia presente na Inglaterra e na França do Antigo Regime de que o "rei não morre jamais", ou de que a própria sociedade constitui um "segundo corpo do rei", pode estar, segundo o historiador polonês, interconectada com um imaginário cristão ao mesmo tempo que a determinadas motivações políticas, percebendo-se aqui uma rede de múltiplas interações a serem desvendadas pelo historiador.

É também oportuno lembrar que um determinado Imaginário Político pode ser em certos casos produto de desenvolvimentos de longa duração, adaptando-se a tradições que remontam a séculos, ou em outros casos mostrar-se produto de processos históricos circunscritos a curtas durações. Em muitos casos, um circuito de elementos do Imaginário Social pode ser produzido ou apropriado por circunstâncias políticas específicas ou, ainda, mesmo por uma bem calculada arquitetura do poder. Também não são raros os casos em que o Imaginário encontra um leito em determinadas condições sociais, ou que se adapte a certas motivações políticas. Na Espanha Medieval do século XIII, para dar um exemplo mais recuado, os sábios e juristas do rei Afonso X elaboraram a imagem de que "o rei é a cabeça, o coração e a alma do reino" (MARAVALL, 1973, p.103-156)[10]. Este imaginário tem muito a ver com a maneira medieval de conceber a sociedade como um organismo (que teria no rei a sua cabeça), mas tem a ver também com uma determinada maneira de governar (BARROS, 2005, p.7)[11]. Porque não só a cabeça, órgão que comanda de cima, ou só o coração, órgão que rege a

[10] Essa tríplice imagem aparece tanto no *Especulo* (libro II, título I, ley 1), como nas *Siete Partidas* (Partida II, titulo I, ley V), fontes jurídicas atribuídas a Afonso X.

[11] Sobre este imaginário organicista em um autor específico da Idade Média, ver o estudo de Walter Ullmann sobre *Policraticus* (ULLMANN, 1966).

vida de dentro, ou só a alma, que está em toda a parte? O que está por trás desta hábil estratégia de unir estas três imagens em uma única metáfora? Um estudo inserido na História do Imaginário poderia elaborar perguntas desta ordem. Cada sociedade, ou cada sistema político pode produzir um imaginário do governante que lhe seja mais apropriado. A estruturação do poder absolutista francês no século XVII, por exemplo, adaptou-se com muita eficácia a imagem do Rei-Sol difundida por Luís XIV, e este imaginário político tem sido objeto de estudo para historiadores interessados em examinar a "fabricação do rei" nas monarquias absolutas do período moderno (BURKE, 1994, p.170). Outrossim, a história nos oferece inúmeros imaginários régios: o rei taumaturgo, o rei-sábio, o rei santo, o rei encoberto, só para citar alguns.

Os horizontes abertos por uma busca da compreensão do imaginário político são na verdade inúmeros. Os modos como o poder é representado – por exemplo em termos de "centro" e de "periferia" (BURKE, 2002, 113-119) – ou como a estratificação social materializa-se em imagens como a de um espectro de alturas em que as classes sociais mais favorecidas são chamadas de "classes altas" ... eis aqui algumas imagens sociais e políticas que podem passar a fazer parte da vida de uma sociedade. Imagens como estas tem se entranhado a tal ponto nos discursos políticos e nas representações que as sociedades modernas fazem de si mesmas que, não raro, os analistas políticos esquecem que temos aqui imagens espacializadas que são elas mesmas produtos de confrontos, de imposições silenciosas, de ideologias que se infiltram sutilmente nos discursos. Foi atento a questões como esta que Georges Duby, por exemplo, buscou recuperar precisamente o imaginário que estava por trás dos padrões de organização da sociedade feudal em *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo* (DUBY, 1971).

Um exemplo a mais pode mostrar que as imagens, as cosmovisões e os símbolos não remontam sempre e necessariamente a processos de formação mais longos e estabelecidos no plano das mentalidades de longa duração. Muitas vezes, todo um sistema de Imaginário pode ser produzido também por circunstâncias políticas, por necessidades sociais e até locais, por artimanhas da poesia e da literatura, por arquitetura política pensada ou intuída, ou pode mesmo ser ocasionado por grandes eventos que caem como raios na vida das sociedades. Durante o período Nazista na Alemanha do século XX, por exemplo, um riquíssimo Imaginário foi construído em umas poucas décadas em torno da suástica, da imagem do super-homem de raça pura, da simbologia do Reich e do papel do Führer no centro ou no topo deste imaginário político. Temos aqui um Imaginário que aflora repentinamente, mesmo que recolhendo materiais seculares como as ideias pan-germanistas e as hostilizações anti-semitas. A dinâmica de utilização de imagens, no sentido visual, foi igualmente farta na construção do nazismo,

e pode-se mesmo, para este caso, falar em um verdadeiro "espetáculo do poder" (PEREIRA, 2009, p.45-88).

No âmbito dos historiadores que tem trabalhado com o conceito de Representação, um destaque pode ser dado às obras de Luís Marin, particularmente "O Retrato do Rei" (1981) e "Os poderes da Imagem" (1993), que de alguma maneira se inscrevem naquilo que Roger Chartier chamou de "história das relações simbólicas de força" (CHARTIER, 2002, p.95). Eis portanto um campo promissor para a História Política. Tal como o Discurso, a Imagem fez-se território de ação para o Historiador Político que soube ultrapassar as tradicionais investigações históricas que se restringiam a examinar os sistemas mais visíveis de dominação ou o aparato estatal e institucional mais óbvio. O Poder, tal como procuramos mostrar, também se exerce através dos Discursos e das Imagens. E as próprias imagens e os próprios discursos são, no fim das contas, territórios estratégicos pelos quais os homens lutam no estabelecimento de suas relações sociais e políticas.

Os estudos que se constroem em torno da confluência entre Cultura e Política, bem como os que investem no estudo das relações entre Imaginário e Poder, abriram espaço para um novo campo de possibilidades: os estudos do Teatro do Poder, que agregam às noções anteriores a de "performance", isto é, a de que os atores sociais desempenham papéis sociais à maneira performativa. Com esta noção, examina-se o mundo social de maneira mais dinâmica, não como um sistema de regras estabelecidas, mas como um universo cultural e político que se abre às performances dos atores sociais nas diversificadas situações. Um dos pioneiros nestes estudos foi Edward Thompson, que tem o mérito de examinar os dois lados do "teatro do poder": o dos poderosos que buscam impor a sua imagem às classes subalternas, e o dos pobres, que de sua parte também encenam o que Thompson chamou de um "contrateatro do poder":

> Os donos do poder representam seu teatro de majestade, superstição, poder, riqueza e justiça sublime. Os pobres encenam seu contrateatro, ocupando o cenário das ruas dos mercados e empregando o simbolismo do protesto e do ridículo" (THOMPSON, 2001, p.239-240).

É assim que aspectos relacionados à violência simbólica – seja a violência simbólica do Estado ou a violência simbólica do protesto popular – são articulados à noção utilizada por Thompson de "teatro do controle". Em relação ao primeiro aspecto, o do "teatro de controle" exercido através das execuções públicas na Inglaterra do século XVIII, Thompson vai ao encontro de reflexões análogas que coincidentemente estavam sendo desenvolvidas por Foucault em *Vigiar e*

Punir (1975)[12]. Destaca-se aqui a importância que se dava no século XVIII tanto à cerimônia de execução diante das multidões, com direito à teatral procissão dos condenados, até à conseqüente publicidade dos exemplos através de folhetos com as últimas palavras da vítima. O caminho aberto simultaneamente por Edward Thompson e por Michel Foucault seguiu sendo percorrido, e cada vez mais, a partir dos anos 80. Novos aspectos começaram a ser examinados por autores como Thomas Laqueur, que ao estudar as execuções públicas de condenados empreendeu um deslocamento do olhar historiográfico da "dramaturgia judicial", na qual se havia concentrado Michel Foucault, para as reações da multidão. Será este o seu enfoque em seu estudo publicado em 1989 com o título "Multidões, Carnaval e Estado nas Execuções Inglesas – 1604-1868" (LAQUEUR, 1989, p.305-55).

6. História das Idéias Políticas: um antigo campo que se renova

As idéias políticas constituem um campo de estudos antiquíssimo, que remonta a Aristóteles e aos gregos antigos, mas percorrido por diversos tipos de produtores do conhecimento: dos filósofos aos cientistas políticos, passando pelos sociólogos e historiadores. Na Historiografia, não é propriamente um campo antigo, pois integrado à História das Idéias constitui um dos domínios historiográficos mais sólidos e com estabilidade institucional em termos de pertencimento a quadros disciplinares já antigos nas universidades. Mas não há como negar que, beneficiada pela mesma vaga de "retorno do político" das últimas décadas do século XX, ela se tem se renovado nas últimas décadas. Exemplo dos mais notáveis está na obra de Quentin Skinner (n.1940) e outros historiadores da história contextualista inglesa. Constituiu um giro metodológico fundamental, certamente, este que – nos anos 1970 – em boa parte relegou ao passado da historiografia a antiga História das Idéias descarnada e descontextualizada que ainda podia ser vista nos anos 1940 e 1950[13]. Foi com os "contextualistas" ingleses – sobretudo

[12] Na verdade, o objeto mais amplo de Foucault em *Vigiar e Punir* (1977) abarca a permanente reconfiguração histórica das 'tecnologias de poder' – desde aquelas tecnologias de poder que se sustentavam no século XVIII em sistemas punitivos alicerçados no 'teatro das execuções' até as tecnologias de poder que se estabelecem em relação ao corpo, como algo analisável e manipulável pelo poder. Para o exercício deste poder, como bem ressaltou Foucault, são constituídos vários mecanismos que vão desde os sistemas de punição historicamente localizáveis até o "olhar panóptico" – teatro do poder invisível, vigilância que dispensa a presença consolidando uma forma de poder que faz com que o indivíduo submeta-se ora sem sentir, ora por se sentir vigiado por um olho oculto que está em toda parte.

[13] Sobre Quentin Skinner, ver TULLY, 1988.

com os trabalhos de História das Idéias Políticas desenvolvidos por Quentin Skinner, John Dunn e John Pocock – que surge a proposta de que as idéias deveriam ser sempre e necessariamente relacionadas diretamente aos seus contextos de enunciação, uma vez que os ambientes históricos e culturais sempre influenciam extraordinariamente a escolha das questões a serem estudadas e, sobretudo, a formatação da própria linguagem mais específica dentro da qual um debate de ideias se realiza.

Desta maneira, seria tarefa primordial do historiador das ideias, e particularmente das ideias políticas, trazer à luz a linguagem original de um determinado circuito de idéias – evitando o anacronismo e aprofundando-se na adequada compreensão de suas sutilezas de significação – impondo deste modo a necessidade de recriar a temporalidade e o contexto inerente à própria obra. Trata-se, assim, para nos atermos ainda ao caso dos estudos sobre as idéias políticas, de ultrapassar a perspectiva intemporal que às vezes pode ser notada nas obras de historiadores das ideias e cientistas políticos das décadas anteriores, como ocorre por exemplo as obras de Hannah Arendt. Ressalte-se ainda que, para o novo padrão de História das Ideias consolidado a partir dos contextualistas ingleses, seria importante não apenas reconstituir uma adequada relação entre texto e contexto como também situar a análise dentro de uma perspectiva de que as estruturas lingüísticas são fundamentais para a construção do pensamento de qualquer sujeito histórico – o que, portanto, coloca o historiador das ideias diante do desafio de que não é possível compreender uma ideia sem a plena consciência do momentum lingüístico dentro do qual esta ideia foi formulada.

Não menos importante para o historiador das ideias é perceber e dar a perceber a rede dentro da qual está inserido determinado autor "produtor de ideias" – investigando dentro desta rede tanto as influências que o autor recebe como a recepção de suas ideias pelos seus diversos contemporâneos. Importante examinar, ainda, os diálogos do "produtor de ideias" com toda uma rede intertextual que remonta à tradição dentro da qual seu pensamento se inscreve ou que, também de modo contrário, o contrasta com as tradições contra as quais as ideias do autor estabelecem uma relação de ruptura. Em que pese a importância dos aportes metodológicos oferecidos pela corrente contextualista à História das Ideias, também não deixaram de ser criticados os exageros da crença de que seria rigorosamente possível recuperar o sentido original de uma obra, particularmente chamando-se atenção para o fato de que a interpretação dos textos e ideias de uma época não deixam de ser guiadas em alguma instância pelos valores do presente do próprio historiador que empreende a análise. Desta maneira, pairando criticamente entre a antiga ilusão de neutralidade e o permanente estado de alerta diante dos perigos do anacronismo, o historiador das ideias deveria se habilitar a trabalhar concedendo um espaço às vozes do passado sem preten-

der sufocar inutilmente a sua própria voz. Ao mesmo tempo, entre as impossibilidades de um mais-que-perfeito "contextualismo" e as pretensões de um "internalismo" que investe nas possibilidades de buscar exclusivamente dentro de um texto os seus significados – geralmente à luz das metodologias semióticas de origem estruturalista – o historiador das ideias políticas tem hoje disponível um repertório fazer as suas escolhas possíveis.

7. Modalidades Híbridas

O retorno do político na historiografia de fins do século XX interagiu com outro fenômeno típico deste fim de milênio: as modalidades híbridas da história. Sabe-se que as pesquisas e ensaios historiográficos não podem ser localizadas em um único campo histórico, devendo ser operacionalizadas em uma conexão entre eles (uma História Política, em conexão com a História Oral e a História da Música, por exemplo). No entanto, estaremos abordando aqui um outro fenômeno, que denominaremos de "modalidades híbridas". Temos aqui novos campos históricos produzidos por uma certa maneira de tratar sob uma outra perspectiva um fato ou processo de ordem política, social, cultural, econômica, e assim por diante. Roger Chartier, com a sua definição para um novo modelo de História Cultural que seria uma "História Cultural do Social" (ao invés da "História Social da Cultura", que era já tradicional) dá-nos um exemplo de modalidade híbrida.

A idéia aqui proposta será a de investigar as modalidades híbridas que se tornam possíveis com relação ao tratamento do "político". Entre estas novas possibilidades, uma das experiências mais inovadoras é o que poderia ser entendido como uma abordagem cultural do político, ou mesmo como uma História Cultural do Político, conforme a conceituação que estaremos propondo. Um livro-chave, talvez uma das experiências pioneiras nesta modalidade híbrida é o ensaio escrito em 1983 por Benedict Anderson, com o título "Comunidades Imaginadas". Trata-se, aqui, de identificar uma "cultura do nacionalismo", e um fenômeno ou processo habitualmente examinado a luz de aspectos políticos adquire uma perspectiva inteiramente outra quando iluminado a partir da cultura. O livro de Benedict Anderson (ANDERSON, 1991) é certamente inovador, mas já havíamos também comentado em item anterior que certos estudos de Thompson, ao abordarem os poderes e contrapoderes sob a incidência de uma iluminação cultural, também não apresentariam maior dificuldade de se ajustarem a esta designação. De igual maneira, seria uma história cultural da política o ensaio de E. S. Lyons publicado em 1979 com o título *Culture and Anarchy in Ireland, 1890-1939* (**LYONS, 1982**). A divisão da Irlanda em quatro culturas distintas e incompatíveis – a da Inglaterra, a da Irlanda, a anlo-inglesa, e a dos protestantes de Ulster – torna-se aqui a chave-explicatica para a com-

preensão de uma conturbada vida social e política que até então vinha sendo estudada de modo tradicional.

O contrário, uma "História Política do Cultural", parece estar proposto em uma coletânea que foi publicada exatamente no mesmo ano da obra atrás mencionada de Benedict Anderson. Referimo-nos ao livro organizado por Eric Hobsbawm e Ranger sob o título "A Invenção da Tradição" (HOBBSBAWM e RANGER, 1997). Aqui a "tradição", uma instância cultural, mostra-se em diversos dos ensaios do livro organizada ou inventada pelo "político". O recorte situado entre 1870 e 1914 – um tempo curto como convém à Política e que à primeira vista não pareceria ser adequado para investigar uma Tradição, que habitualmente é pressuposta como uma construção de longa duração – enfatiza a idéia central da coletânea, tão bem sintetizada por Hobsbawm: "as tradições que parecem ou se apresentam como antigas são muitas vezes bastante recentes em suas origens, e algumas vezes são inventadas". Eis aqui mais um amplo campo de investigações para a História Política.

Referências

AFONSO X. *Siete Partitas*. In: **Los Códigos españoles concordados y anotados.** Madrid: Imprenta de la publicidad, 1884.

AFONSO X. Espéculo In**. Los Códigos espanõles concordados y anotados**. Madrid: Imprenta de la publicidad, 1848-49. vol. VI.

ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney. **The Civic Culture**. Princeton: Princeton University Press, 1963.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism. London: Verso, 1991 [original: 1983].

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BARROS, José D'Assunção. Três imagens do poder régio na literatura ibérica do século XIII. **Mediações – Revista de Ciências Sociais,** Londrina, v.10, n.1, p. 41-58, jan.-jun. 2005.

BERSTEIN, Serge. "Cultura Política" in RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (orgs.) **Para uma História Cultural.** Lisboa: Estampa, 1998 [original: Seuil, 1997].

BERSTEIN, Serge e RUDELLE, Odile. **Le Modèle Republicain**. Paris: PUF, 1992.

BERSTEIN, Serge.. **L'historien et La cultura politique**. Vingtième siècle, n°35, jul-set, 1992.

BLOCH. Marc. **Os Reis Taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 [original: 1924].

BLOCH. Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. "História Política – Totalidade e Imaginário" in **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.9, n° 17, 1996. p.59-84.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON. **A Reprodução.** Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino, Lisboa: Vega, 1992.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales**. São Paulo: UNESP, 1990.

BURKE, Peter. "Poder" In: BURKE, Peter. **História e Teoria Social.** São Paulo: UNESP, 2002. p.108-113.

BURKE, Peter. "Centro e Periferia" In: BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: UNESP, 2002. p.113-118.

BURKE, Peter. **O Que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005 [original: 2004].

BURKE, Peter. 1994. **A Fabricação do Rei –** a construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 254p. [original: 1992].

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia***:* a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DE FELICE, Renzo. **Le Interpretazione del Fascismo.** Bari: Laterza, 1969.

DE FELICE, Renzo**. Il Fascismo**. Les interpretazioni dei contemporani e degli storici. Bari: Laterza, 1970.

DOSSE, F. (1994). **A História em Migalhas**. São Paulo: Editora Unicamp [original: 1987].

DUBY, Georges. **As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo.** Lisboa: Edições 70, 1971.

DUBY, G. (1988). **Guilherme Marechal -** ou o melhor cavaleiro do mundo. Rio de Janeiro: Graal [original: 1984].

DUBY, Georges. **O Domingo de Bouvines**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FALCON, Francisco. História e Poder" in CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História.** Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.61-89.

FEBVRE, Lucien. « Sobre uma forma de história que não é a nossa: a história historizante » In: MOTA, C. G. e FERNANDES, F. (orgs.). **Febvre**. São Paulo: Ática, 1978-c, p.103-107 [original: 1947].

FEBVRE, Lucien. « Vive l'Histoire » in **Combats pour l'Histoire**. Paris: A. Colin, 1953, p.18-33.

FEBVRE, Lucien. "Face ao Vento: manifesto dos novos Annales" In: NOVAIS, F. e SILVA, R. (orgs.). **Nova História em perspectiva.** São Paulo: Cosac & Naify, 2011, p.75-85 [original: 1946].

FERREIRA, Marieta de Moraes. A Nova Velha História: o retorno da História Política. **Estudos Históricos**. Vol.5, n°10. Rio de Janeiro: FGV, 1992. p.265-271.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A Micro-Física do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Petrópolis: Vozes, 1972, p.48-49.

FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão.** Rio de Janeiro, Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FUJITANI, Takashi. **Splendid Monarchy***:* Power and Pageantry in Modern Japan. New Jersey: University of California Press, 1996.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. "Política: História, Ciência, Cultura, etc" in. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.9, n° 17, 1996. p.151-160.

HILL, Christopher. (2001). **O Eleito de Deus**. São Paulo: Companhia das Letras [original: 1970].

HOBSBAWM, Eric. "Da História Social à História da Sociedade" In: HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras.1998, p.83-105.

HOBBSBAWM, Eric e RANGER, T. **A Invenção da Tradição**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 [original: 1983].

JENKINS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2001[original: 1991].

JULLIARD, Jacques. "A Política" in LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História** – novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p.180-196 [original: 1974].

KANTOROWICZ, **Os Dois Corpos do Rei.** S. Paulo: Companhia das Letras, 1998 [original: 1957].

KNAUSS, Paulo. O Desafio de fazer história com imagens, **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006.

KOSELLECK, Reinhart**. Crítica e Crise**: contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart, BRUNNER, Otto e CONZE, Werner (orgs.) **Geschichtliche Grundbegriffe**, 9 vols. Stuttgart: Klett-Cotta, 1972-1997.

KUCHNIR, Karina e CARNEIRO, Leandro Piquet. "As Dimensões Subjetivas da Política" in **Estudos Históricos**, n° 24, 1999. p.227 a 250.

LAQUEUR, Thomas W. "Crowds, Carnival and the State in English Executions – 1604-1868" in BEIER, A. Lee e CANNADINE, David (orgs.). **The first modern society** – essays in English history in honour of Lawrence Stone. Cambridge: Cambridge University Press 1989, p.305-55.

LE GOFF, Jacques. "A Política: será ainda a ossatura da História?" In: **O Maravilhoso e o Cotidiano no Ocidente Medieval** (1971) Lisboa: Edições 70, 1975. p.221-242.

LE GOFF, Jacques. **O Nascimento do Purgatório**. Lisboa: Edições 70, 1990.

LE GOFF, J. (1999). **São Luís**. Rio de Janeiro: Record [original: 1996].

LYONS, F. S. L. **Culture and Anarchy in Ireland**. Oxford: Oxford University Press, 1982.

MARAVAL, J. A. "Del régimen feudal al régimen corporativo en el pensamiento de Alfonso X" In **Estudios de Historia del pensamiento español.** I. Madrid: 1973.

MARIN, Louis. **Le Portriat du Roi**. Paris: Minuit, 1981.

MARIN, Louis. **Des pouvoirs de l'image**. Paris: Seuil, 1993.

MORGENTHAU, Hans. **Política entre as Nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

OZOUF, Mona. **La Fête révolutionnaire** *1789–1799***.** Paris: Gallimard, 1976.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. "O Espetáculo do Poder: Políticas de Comunicação e Propaganda nos Fascismos Europeus e nos Populismos Latino-americanos (1922 - 1955)". *In:* SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti. **Do Político e Suas Interpretações.** Campinas: Pontes, 2009. p.45-88.

PROST, Antoine. "As palavras" In :REMOND, René (org) Por uma nova história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p.295-330.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, José Carlos. "As diversas fases da Escola dos Annales: continuidade ou descontinuidade?" In: **Escola dos Annales** – a Inovação em História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p.91-146.

REMOND, René. "Uma História Presente" In: **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ / FGV, 1996, p.13-36.

REMOND, Renè. Por que história política. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.7, n°13, 1994, 07-19.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**. São Paulo: EDUSP, 2004.

SCHORSKE, Carl. **Viena Fim de Século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SLANES, **Na senzala, uma flor:** esperanças e recordações da família escrava - Brasil, Sudeste, século *XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOLÉ, Jaques. **A Revolução Francesa em Questões**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

STOPPINO, Mário. "Poder" In: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. Volume 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008. p. 933-935.

THOMPSON, Edward P. "Folclore, Antropologia e História Social" In **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. São Paulo: UNICAMP, 2001, p.239-240.

TULLY, James (org.). **Meaning and the Context:** Quentin Skinner and his Critics. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

ULLMANN, Walter. "John of Salisbury's *Policraticus* in the Later Middle Ages," in **Jurisprudence in the Middle Ages.** Cambridge University Press: Cambridge University Press, 1966.

WORTMAN, Richard. **Scenarios of Power**. Myth and Ceremony in Russian Monarchy from Peter the Great to the Abdication of Nicholas II. Princeton: Princeton University Press, 2006.

Artigo recebido em 28/02/2012 e aceito para publicação em 13/06/2012.